



GT 026. Ciganos: exercício de comparação etnográfica

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) -
 Coordenador/a, Mirian Alves de Souza (UEE) -
 Coordenador/a, Felipe Berocan Veiga (UFF e
 LeMetro/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a

A reflexão sobre o universo temático da identidade reivindicada face o acesso às políticas públicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, tanto nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste como nas Reuniões Brasileiras de Antropologia. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construção identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; e problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados pelas imaginárias étnicas e nacionalistas que circulam nas diferentes comunidades, o grupo pretende criar um campo de interlocução, especialmente no Brasil, contribuindo para o início de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Também indagamos sobre o papel da produção antropológica na mediação entre esses grupos e as esferas públicas. Embora os registros etnográficos venham ganhando terreno nos últimos anos, aos pesquisadores se impõe muitas vezes a questão de como mediar as relações entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posições para que se desenvolvam análises propriamente Calon/Rom da cultura.

Os Ciganos Calons na Região Nordeste: Um estudo sobre as demandas por acesso aos direitos

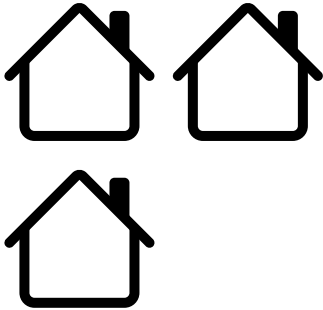
Autoria: Marciana Ferreira Bento, Mércia Rejane Batista Marciana Ferreira Bento

O artigo tem o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa realizada cujo objetivo foi o de mapear e refletir sobre os processos que demonstrassem as demandas por parte dos grupos ciganos que percorrem a região Nordeste do Brasil. Esse processo implicou como os ciganos estão se pensando como portadores de direito e de que modo, as mudanças nos arranjos do Estado repercutem nas ações desenvolvidas por estas comunidades. O nosso marco temporal inicia-se com a década de 1990, considerando especialmente os processos que se instauraram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Para tanto localizamos as demandas que se configuram não só no âmbito dos órgãos públicos (nos três níveis: municipal, estadual e federal), como também o que está se fazendo visível nos meios de comunicação. Destaca-se como resultado a pouca presença de demandas dos ciganos juntos aos órgãos públicos que se propõem a representá-los e defendê-los, como também a repetição dos problemas que são levados ao conhecimento dos referidos órgãos – discriminação, preconceito, desemprego, acesso precário aos serviços de saúde – e que parecem ainda se eternizar.

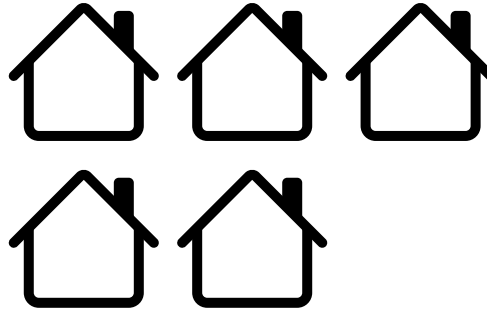
[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

